

## Bibliografia

### **Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 1 posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente técnico na Subunidade de Subunidade de Gestão Financeira, Contabilidade e Patrimonial**

#### **Bibliografia**

- BATALHÃO, Carlos José, *As Freguesias na organização do Estado - Um Património Nacional*, Lisboa: ANAFRE, junho 2016;
- OLIVEIRA, António Cândido de, *Direito das Autarquias Locais*, 2.ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2013;
- OLIVEIRA, António Cândido de, *A Democracia Local em Portugal*, Ensaios FFMS n.º 116, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, agosto de 2021;
- BILHIM, João, *A governação nas autarquias locais*, Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A, 2004  
Consultável em:  
<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AGovernNasAutarquias04.pdf>

#### **Legislação**

- Constituição República Portuguesa;
- Estatuto dos Eleitos Locais (aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na redação atual);
- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual;
- Regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, aprovado pela Lei n.º 52/2019, de 31 de julho;
- Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação em vigor;
- Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, na redação atual;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);
- Lei n.º 86/2009, de 28 de agosto, na redação em vigor;
- Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na redação em vigor;
- Carta Deontológica do Serviço Público (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, 17 de março);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual);

- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação em vigor, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor;
- Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação em vigor;
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Código do Procedimento Administrativo.